

Brasil: crise e Revolução de 1930

Durante quarenta anos, o poder republicano no Brasil foi sustentado por um amplo pacto entre as oligarquias agrárias. O acordo se apoiava no poder local dos coronéis, que, como vimos, exerciam o mando político recorrendo a práticas viciadas e arcaicas, como o clientelismo, a compra de votos, a troca de favores e a fraude eleitoral.

Enquanto as elites acreditavam que essa situação não se alteraria, a sociedade brasileira estava em plena ebulição, passando por constantes mudanças. Nas cidades, por exemplo, entre a população era crescente a rejeição às práticas políticas das oligarquias. A contestação popular ao poder dos coronéis se manifestou sobretudo na luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho e nas ações militares dos tenentes, que expressavam a indignação dos grupos sociais urbanos contra o domínio das oligarquias. Em 1930, a insatisfação criou as condições para um movimento revolucionário que mudaria esse quadro.

1. A insatisfação urbana

O crescimento urbano verificado entre a última década do século XIX e as três primeiras do século XX, aliado ao relativo desenvolvimento industrial, colocou em cena dois personagens que nada tinham a ver com os interesses e as práticas políticas das elites agrárias: o proletariado e a classe média. O crescimento da classe média composta por profissionais liberais, pequenos empresários, funcionários públicos, militares e empregados do setor de serviços em geral — acompanhou o desenvolvimento urbano-industrial. Nas primeiras décadas da República, esse grupo era mais numeroso no Rio de Janeiro, que, como capital do país, concentrava grande número de funcionários públicos, civis e militares.

Assim como o operariado e outros grupos populares, a classe média sofria com a inflação e a falta de moradia. Por essa razão, às vezes alguns setores dela se uniam aos movimentos de protesto, como aconteceu na Revolta da Vacina, em 1904. Insatisfeita com as práticas eleitorais das oligarquias, a classe média tendia a votar nos candidatos da oposição. Foi o que aconteceu nas eleições de 1910, 1922 e 1930, as únicas dessa época em que houve realmente alguma chance de vitória de candidatos oposicionistas. Mas o sistema político montado pelas oligarquias, baseado no "voto de cabresto", acabou prevalecendo e frustrou as expectativas da maioria da população urbana.

Em 1910, os partidos republicanos de São Paulo e de Minas se dividiram. O grupo paulista apoiou a candidatura de Rui Barbosa, que promoveu a Campanha Civilista, contra o candidato dos partidos republicanos de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, marechal Hermes da Fonseca. Nessas eleições, alguns setores da classe média ficaram do lado de Rui Barbosa, por ver nele uma promessa de democratização da sociedade. Outros, porém, apoiaram o marechal, pois os militares eram contrários a certas práticas oligárquicas e Rui Barbosa, afinal, estava comprometido com elas. O marechal venceu as eleições e adotou medidas contra setores das oligarquias, por meio da política de "**salvações nacionais**".

Em 1922, Minas e São Paulo se uniram em torno da candidatura de Artur Bernardes, inimigo dos militares. No lado oposto, a candidatura de Nilo Peçanha era apoiada pelo Rio Grande do Sul e por oficiais do Exército, na chamada **Reação Republicana**. Nilo Peçanha contou com o voto da classe média, mas perdeu a eleição para Artur Bernardes, que governaria sob estado de sítio durante a maior parte de seu mandato, entre 1922 e 1926.

Trabalhadores em luta

O desenvolvimento urbano-industrial aumentou o número de operários e deu peso social e político à classe trabalhadora. Esse crescimento estimulou os operários a se organizar em sindicatos e outras associações de classe para lutar por melhores condições de vida e de trabalho. Assim, surgiu no Rio de Janeiro a **Confederação Operária do Brasil** (COB), formada em 1908 sob a liderança dos anarcos-sindicalistas.

Na época, não existia no Brasil nenhuma legislação trabalhista. Assim, os trabalhadores não tinham direitos, como férias, aposentadoria e descanso semanal remunerado. Insatisfeitos com a situação em que se encontravam, os trabalhadores urbanos passaram a realizar greves e manifestações de rua. Uma de suas principais reivindicações nessas lutas era a jornada de trabalho de 8 horas.

Essas ações coletivas assustavam os patrões e as elites dominantes, acostumadas à obediência cega de seus cor-

religionários nos redutos eleitorais. Para intimidar as lideranças operárias, os patrões faziam circular listas, nas quais denunciavam os trabalhadores mais combativos, com o objetivo de impedir que eles conseguissem emprego em outras empresas.

Anarquistas e socialistas

Entre 1900 e 1930, diversas tendências de esquerda atuaram entre os operários do Brasil, destacando-se o anarquismo e o socialismo. Os anarquistas queriam suprimir o Estado e a propriedade privada, enquanto os socialistas lutavam pela transformação da sociedade por meio de reformas pacíficas. Uma das variantes do anarquismo era o anarco-sindicalismo, cujos integrantes viam os sindicatos como o principal instrumento de luta contra o Estado burguês e a sociedade capitalista.

Os anarcos-sindicalistas lideraram por muito tempo o movimento operário de São Paulo e de outras cidades. A partir de 1920, contudo, começaram a perder força. Em 1922, surgiu o Partido Comunista do Brasil, que passou a atuar também entre os trabalhadores.

O "ano vermelho"

A ação operária tornou-se mais intensa entre 1917 e 1920, quando uma onda de greves invadiu as grandes cidades do país, como São Paulo e Rio de Janeiro. As lutas começaram como reação à alta do custo de vida e à queda do poder aquisitivo dos salários.

Em julho de 1917, uma greve geral, acompanhada de gigantescas manifestações de rua, paralisou São Paulo. No bairro do Brás, onde se concentrava a maior parte dos trabalhadores imigrantes, houve violentos tiroteios entre os grevistas e a polícia. Os trabalhadores reivindicavam aumento salarial, proibição do trabalho de menores de catorze anos, jornada de oito horas, pagamento de horas extras com acréscimo de 50%, fim do trabalho aos sábados à tarde, garantia de emprego, respeito ao direito de associação, medidas contra a carestia, redução no preço dos aluguéis.

A paralisação operária em São Paulo terminou alguns dias depois com a vitória parcial dos grevistas. Mas novas greves voltariam a eclodir nos anos seguintes na capital paulista e em outras cidades do país.

A exemplo dos patrões, as autoridades também reagiam às lutas operárias com repressão. A cada greve, líderes sindicais eram presos, alguns deportados para o Acre, e, no caso dos estrangeiros, expulsos do país.

Rebeliões tenentistas

Os militares participaram da política brasileira desde a proclamação da República. Num primeiro momento, a atuação partiu dos altos escalões, comandada pelos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto e por oficiais positivistas. Na década de 1920, contudo, houve uma inversão na forma de atuar dos militares, com o surgimento do tenentismo. Movimento de jovens oficiais das Forças Armadas, o tenentismo propunha a moralização da vida pública, a adoção do voto secreto e a implementação de medidas em defesa dos interesses econômicos nacionais. Seu lema era "representação e justiça". Em certo sentido, o movimento expressava o mal-estar da classe média e da população urbana, provocado pelo contraste entre a modernização da sociedade e sua submissão ao setor mais atrasado do país: as oligarquias agrárias.

Apesar do nome, nem todos os integrantes do tenentismo eram tenentes; também participavam do movimento militares de patentes mais elevadas, como generais, por exemplo, e civis. Por força de sua formação militar, os tenentes não acreditavam na possibilidade de mudanças por via eleitoral; por isso, decidiram partir para rebeliões armadas. As ações mais importantes do movimento foram:

Os Dezoito do Forte (1922). Em 5 de julho de 1922, jovens oficiais e soldados do Exército rebelaram-se no forte de Copacabana, Rio de Janeiro, contra o governo federal. Sua principal exigência era a renúncia do candidato recém-eleito à Presidência da República e ainda não empossado, Artur Bernardes. Cercados por tropas governistas, dezoito deles saíram do forte na manhã do dia 6, percorrendo de armas na mão a avenida Atlântica em direção ao palácio do governo. No caminho, um civil juntou-se ao grupo. A maioria dos rebeldes morreu nos tiroteios que se seguiram. Apenas dois sobreviveram: os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes.

São Paulo: 23 dias de rebelião. Dois anos depois do episódio dos Dezoito do Forte, exatamente no dia 5 de julho de 1924, unidades do Exército e da Força Pública (Polícia Militar) se rebelaram em São Paulo. Seus líderes eram o

general Isidoro Dias Lopes, o major Miguel Costa e o capitão Joaquim Távora (morto na revolta). Os rebeldes ocuparam o palácio do governo, provocando a fuga do governador, e controlaram a cidade durante 23 dias. Eles exigiam a renúncia do presidente Artur Bernardes e contavam com o apoio dos trabalhadores e de alguns grupos de populares. Para evitar o bombardeio da cidade por forças legalistas, os rebeldes se deslocaram para Foz do Iguaçu, Paraná, onde se encontrariam mais tarde com oficiais rebeldes vindos do Rio Grande do Sul.

Rebelião no Rio Grande do Sul. Em outubro de 1924, eclodiu nova revolta, agora no extremo sul do país, envolvendo unidades do Exército aquarteladas nas cidades gaúchas de São Borja, Uruguaiana e Santo Angelo. Seus líderes eram o capitão Luís Carlos Prestes e o tenente Siqueira Campos. Depois de alguns dias de combate, os rebeldes se retiraram para Foz do Iguaçu.

Coluna Prestes. Do encontro dos revoltosos gaúchos e paulistas em Foz do Iguaçu surgiu a Coluna Prestes, da qual participaram cerca de 1600 homens comandados por Luís Carlos Prestes e Miguel Costa. A Coluna, acatando uma proposta de Prestes, embrenhou-se pelo interior do Brasil e lançou uma guerra de movimento contra as forças do governo. Entre 1925 e 1927, atravessou o país, combatendo e fugindo sempre, sem nunca ser derrotada. Por isso, ficaria conhecida como Coluna Invicta, enquanto Prestes receberia o título honroso e romântico de Cavaleiro da Esperança. Em 1927, depois de percorrer 24 000 km pelos sertões do Brasil, a Coluna Invicta ingressou na Bolívia, onde acabou se dispersando.

A Semana de Arte Moderna

Na década de 1920, a sociedade brasileira convivia com o "lado moderno" e o que se poderia chamar de "poder do atraso" no Brasil. Esse conflito se manifestava em diversos setores sociais. Na área cultural, por exemplo, em fevereiro de 1922, eclodiu um outro tipo de rebelião: a Semana de Arte Moderna. Durante o evento, realizado em São Paulo, diversos artistas escandalizaram o público paulistano no Teatro Municipal apresentando obras inovadoras e vanguardistas que rompiam com os padrões estéticos até então vigentes. Entre as obras havia quadros expressionistas de pintores como Di Cavalcanti e Anita Malfatti; poemas que fugiam às regras do Parnasianismo e do Simbolismo, declamados por Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Oswald de Andrade, entre outros poetas; esculturas de Vítor Brecheret; e peças musicais de Heitor Villa-Lobos.

A Semana de Arte Moderna provocou enorme impacto na provinciana vida cultural de São Paulo, abrindo caminho para a transformação do gosto estético que se verificaria nos anos seguintes em todo o país.

2. A Revolução de 1930

Em 1929, o presidente Washington Luís, do **Partido Republicano Paulista (PRP)**, que sucedera Artur Bernardes (mineiro), lançou a candidatura de Júlio Prestes para sua sucessão. Prestes, que não tinha nenhuma relação de parentesco com o Cavaleiro da Esperança, era governador de São Paulo. Sua candidatura rompia o acordo com o **Partido Republicano Mineiro (PRM)**, segundo o qual, depois de um paulista na Presidência da República, um mineiro deveria assumir o cargo, mantendo a política do "café-com-leite".

A reação dos mineiros foi aliar-se ao Rio Grande do Sul e à Paraíba, formando a Aliança Liberal, que lançou o nome do governador gaúcho Getúlio Vargas. Assim, mais uma vez, a grande frente oligárquica se dividia. O próprio PRP tinha sofrido uma divisão em 1926, quando alguns de seus integrantes romperam com a orientação partidária e criaram o **Partido Democrático**, com boa penetração nas classes médias do estado.

Era esse o quadro político no Brasil, quando o mundo foi atingido pela crise econômica desencadeada pelo crack da Bolsa de Valores de Nova York em 1929. Com a **Grande Depressão**, os preços do café despencaram no mercado internacional. Pressionado pelos cafeicultores, Washington Luís se negou a tomar medidas para salvar as cotações do produto, levando boa parte dos fazendeiros a deixar de apoiá-lo.

O programa da **Aliança Liberal** era inovador. Prometia atender às reivindicações operárias, anistiar os tenentes condenados por suas rebeliões e moralizar a vida pública, adotando o voto secreto. Com essas propostas, Getúlio Vargas atraiu a simpatia das classes trabalhadoras e o apoio dos tenentes e do Partido Democrático de São Paulo. Mesmo assim, perdeu para Júlio Prestes nas eleições de março de 1930. Em julho, um fato novo mudou completamente o rumo dos acontecimentos. Por motivos particulares, o candidato a vice-presidente na chapa de Getúlio, João Pessoa, ex-governador da Paraíba, foi assassinado no Recife.

Antes do episódio, o setor mais radical da Aliança Liberal, formado pelos tenentes, já queria pegar em armas para chegar ao poder, caso Getúlio fosse derrotado. Depois das eleições, essa idéia foi deixada de lado temporariamente, mas o assassinato de João Pessoa reacendeu os ânimos. Nesse momento, Getúlio Vargas, que relutava

em liderar um movimento armado, aceitou chefiar a revolução, apoiado pelos tenentes, que, como vimos, tinham experiência nesse tipo de ação. O único que ficou de fora foi Luís Carlos Prestes, que havia aderido ao marxismo.

Na tarde de 3 de outubro de 1930, a revolução eclodiu simultaneamente no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, sob o comando militar do coronel Góis Monteiro. Na madrugada do dia seguinte, irrompeu também na Paraíba, onde as forças revolucionárias seguiam a liderança de Juarez Távora. A seguir, a revolução chegou a Pernambuco e a outros estados, espalhando-se rapidamente por todo o país. Vinte dias depois do início da luta armada, em 24 de outubro, o alto-comando militar do Rio de Janeiro depôs o presidente Washington Luís e entregou o poder aos líderes revolucionários. No dia 3 de novembro, Getúlio Vargas anunciou a formação de um governo provisório e prometeu uma nova era para o Brasil.

Luís Carlos Prestes rompe com os tenentes

No começo de 1930, Luís Carlos Prestes, exilado na Argentina, foi convidado por outros tenentes a apoiar a candidatura de Getúlio Vargas. Prestes rejeitou o convite. A essa altura, ele já tinha entrado em contato com o pensamento marxista, ideologia que iria defender ferrenhamente. Em maio do mesmo ano, Prestes anunciou sua adesão ao comunismo por meio de um manifesto, no qual revelava também seu afastamento do grupo majoritário dos tenentes:

Mais uma vez os verdadeiros interesses populares foram sacrificados, e vilmente mistificado todo o povo, por uma campanha eleitoral que, no fundo, não era mais que a luta entre os interesses contrários de duas correntes oligárquicas, apoiadas e estimuladas pelos dois grandes imperialismos que nos escravizam. São idênticos os propósitos reacionários das oligarquias em luta. A revolução brasileira não pode ser realizada com o programa medíocre da Aliança Liberal. Vivemos sob o jugo dos banqueiros de Londres e Nova York. A verdadeira luta pela independência nacional só poderá ser levada a efeito pela verdadeira insurreição nacional de todos os trabalhadores. Proclamemos, portanto, a revolução agrária e antiimperialista, realizada e sustentada pelas grandes massas de nossa população. Lutemos pelo confisco, nacionalização e divisão das terras, pelo confisco e nacionalização das empresas estrangeiras, pela anulação das dívidas externas. Pela instituição de um governo realmente surgido dos trabalhadores das cidades e das fazendas.